



ANS



- ISENÇÃO E INDIFERENÇA -

É notória a gravidade da situação que hoje se vive, a nível do Governo e dos responsáveis militares e dos valores em que deve assentar a confiança que os portugueses esperam poder depositar nos seus governantes e nas instituições que estes tutelam.

A ANS tem evitado pronunciar-se sobre matérias, cuja sensibilidade possa suscitar dúvidas de interpretação e de enquadramento.

Desde sempre, temos tratado as questões das chefias com toda a seriedade e serenidade possível e aconselhável, medida essencial, quanto a nós, para que nunca se misturassem as do foro castrense, sob o ponto de vista do seu funcionamento operacional e estratégico, com as outras do foro sócio-profissional, essas sim, nítidamente dentro da área de acção das associações de militares.

Desde sempre elegemos o primado da isenção!

Acontece porém que, nos últimos dias, a degradação de todas as envolventes relacionadas com o caso da possível contaminação de militares portugueses, em serviço na Bósnia e no Kosovo, por urânio empobrecido, ou outra qualquer substância, usadas durante os bombardeamentos de alvos militares naqueles cenários de guerra dos Balcãs, atingiu um tal nível, quase no limiar do insustentável, que, enquanto associação com responsabilidades na defesa dos legítimos interesses dos militares portugueses, no caso vertente, sargentos, nos sentimos na obrigação, de tomarmos uma posição muito clara e não retermos mais a nossa apreensão, o nosso consternamento pelo modo como se tem tratado esta matéria, sejam quais forem os limites daquilo que pode ser considerado como a nossa esfera de actuação.

O bom senso e a razão não têm limites e por isso nada nos pode condicionar à pura e simples indiferença!

Tentámos evitar, a todo o custo, entrar publicamente nesta polémica, mas isso tornou-se inevitável, face ao grau de irresponsabilidade que tardou a ser ultrapassado.

A ANS não é, no entanto, virgem na abordagem desta matéria, tendo-o já feito noutras alturas, embora de forma mais contida. Assim já em Abril de 2000 alertámos para os perigos existentes e já públicos e sugerimos que, então, à cautela, fossem tomadas algumas das medidas que hoje, sob a pressão e o dramatismo existentes, tiveram de ser tomadas.

Dissémos então, e reiteramos hoje:

" Dados preocupantes nas missões de Paz

- *Não queremos ser alarmistas, nem queremos avolumar os problemas que existem, mas não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação com um conjunto de problemas que têm vindo a lume na imprensa e não são desmentidos. Uma coisa é estarmos disponíveis para servir o*

País onde quer que ele precise de nós, outra, distinta, é os responsáveis pela decisão política de nos enviarem para qualquer parte do globo não dotarem as forças empenhadas com os meios materiais e logísticos adequados para o cabal cumprimento das missões, com o mínimo de riscos para os homens envolvidos e com o máximo de garantias para si e para as suas famílias, a todos os níveis.

- *Sabe-se que a força de fuzileiros que foi incumbida da missão no Kosovo teve de pedir armamento ligeiro ao Exército porque o que dispõe é antiquado e inadequado segundo os critérios da ONU. A força de fuzileiros que foi para Moçambique, para além da repetição do problema do transporte, esteve, pelo menos, os primeiros 15 dias a água e a ração de combate, para além de não disporem de outro transporte que não fossem os botes.*
- *Os camaradas que estão em Timor ainda não conseguiram corresponder-se com as famílias nem estas com eles. Como solução de recurso estava em marcha uma alternativa rocambolesca: os camaradas escrevem as cartas, fecham-nas nos envelopes, dão o dinheiro para os selos à tripulação do C130, e estes, chegados a Darwin, adquirem os selos e colocam-nas no correio. Estes camaradas foram enviados para o território com equipamento inadequado, nomeadamente as botas concebidas para a zona dos Balcãs e não equatorial.*
- *É público que os alemães, após a fase dos bombardeamentos, fizeram medições de radiações nos terreno e verificaram que o nível de radiações era superior ao de Chernobil cerca de três vezes. Sabe-se que tanto nos Balcãs, como em Timor e em Moçambique as condições higieno-sanitárias são muito incipientes ou mesmo inexistentes. Pergunta-se: que medidas cautelares foram tomadas pelos responsáveis políticos para assegurar a redução de riscos ao mínimo? Sabe-se que tipo de armamento foi utilizado na Sérvia e no Kosovo, conhecidos que são hoje os problemas resultantes da guerra do Golfo, a Tempestade do Deserto?*

Não queremos ser alarmistas, mas gostaríamos de ver estas perguntas respondidas a contento para bem de todos.” (in Boletim Informativo da ANS, 1/00 de Abril de 2000)

É por isso que hoje apoiamos e aplaudimos todas as medidas tendentes a esclarecer dúvidas, a salvaguardar a integridade física dos militares não os sujeitando, nem às populações que eles apoiam, a riscos desnecessários, a criar as condições materiais que permitam o retomar da confiança da população portuguesa e da Família militar no Governo e nas chefias militares.

Para atingir este objectivo o pior que poderia acontecer seria afunilar o processo de investigação científica em curso de modo a, ou concluir sem explicar com clareza qual ou quais os factores patogénicos que estão a provocar o chamado “Síndrome dos Balcãs”, ou circunscrever a investigação a este caso por, infelizmente, ter tido grande visibilidade e deixar de fora outras situações, igualmente graves e a carecer de esclarecimento urgente. A situação criada aos militares que há cerca de seis meses chegaram de Timor, - dos quais foram recolhidas amostras ao sangue e urina e ainda não tiveram conhecimento dos respectivos resultados, embora se saiba que após meses de congelamento foram recentemente sujeitas a análise - não são de molde a restabelecer a confiança, antes agravam a situação existente.

É neste sentido que colocamos aqui outros exemplos, que de momento assumem menos dramatismo, mas que, potencialmente, são igualmente susceptíveis de conterem graus de perigosidade elevados e evitáveis.

- *A questão da monitorização dos paíís da Nato em território nacional contendo armamento radioactivo: seria aconselhável que a comissão científica independente estendesse a sua investigação a estes paíís dada a desconfiança criada aos dados fornecidos pela Aliança;*
- *As condições de funcionamento dos veículos militares em uso nos Balcãs, nomeadamente se o seu aquecimento é de molde a que os militares não congelem até à perda da mobilidade;*
- *Se o fardamento com que foram equipados, nomeadamente as luvas e as meias, são adequadas ao ambiente em que estão a operar ou se provocam transpiração excessiva seguida de congelação dos membros;*
- *Se aos militares que foram enviados em comissão para Moçambique foram feitos os exames de rastreio nomeadamente relativamente à Malária;*
- *Quanto à questão do amianto na Base de Beja: se já foi concluído o rastreio a todos os militares que estiveram expostos áquele produto e tomadas as medidas adequadas para acompanhar os contaminados*
- *Se já foi inspeccionada a climatização dos Bunkers e outros recintos fechados e de climatização forçada em uso nos três ramos das Forças Armadas e Ministério da Defesa;*

Mas a ANS chama ainda a atenção para outro problema associado quando destacamentos militares são enviados para missões no exterior com ausência prolongada do seio familiar que é o do apoio e informação fidedigna às suas famílias.

No fim de 1998 elaborámos e entregámos ao MDN uma proposta de criação de LINHA VERDE de apoio às famílias dos militares em missões fora do território nacional e em missões prolongadas com ausência do meio familiar, como forma de prevenir e resolver possíveis consequências traumáticas pelo envolvimento do militar em tais missões, nomeadamente no desenvolvimento intelectual, equilíbrio psicológico e no aproveitamento escolar dos filhos e possibilitar o envolvimento social e apoio psicológico a toda a família. Até hoje não foi implementada.

Já em 1999 elaborámos um «Guia Prático para o pessoal em missões com ausência prolongada do seio familiar e suas famílias». Infelizmente estas iniciativas, embora muito elogiadas não tiveram outro acolhimento senão bonitos louvores.

Achamos, no entanto, que não chega abordar a questão exclusivamente por este prisma. A nós o que nos interessa, sobremaneira, é o conceito de confiança e de seriedade que, mostra-nos o sucedido, foram sériamente abalados.

Quando, lançadas todas as suspeitas, se chega à conclusão de que se não têm certezas de nada, seria de esperar do Governo, das suas instituições, incluindo a militar, da administração pública, do país em geral, que todos os esforços se desenvolvessem no sentido de procurar certezas e a partir destas caminhar para as soluções mais adequadas ou então descansar na serenidade das garantias obtidas.

Nada disto aconteceu e o que se viu foi uma pronta reacção de auto-defesa, como se o importante fosse afastar, de imediato, possíveis culpas em cada sector, numa verdadeira espiral de irresponsabilidades e de fugas para a frente, em que o importante passou a ser o sacudir de possíveis culpas e não o apuramento da verdade para sossego de todos.

A ANS, enquanto associação com responsabilidades na defesa dos aspectos de saúde, higiene e segurança no trabalho dos seus homens, "cidadãos em uniforme", não pode ficar indiferente a esta dura realidade de ver responsáveis, a todos os níveis, a eximirem-se a assumir as suas reais responsabilidades, preocupados que estavam em retirar a cada um dos sectores, e paralelamente a si próprios, o ónus de qualquer culpa, antes de saberem o que quer que fosse sobre a verdade científica do fenómeno.

Independentemente de se saber se há ou não perigosidade e de se estabelecerem os graus de culpa de cada um, o importante seria, acima de tudo a descoberta da verdade e a preservação das mais elementares regras de prevenção para que os militares, no terreno, vissem diminuídas ao mínimo todas e quaisquer probabilidades de contaminação. Paralelamente, havia que se avançar para o rastreio a todos os outros militares já regressados, como medida última e mesmo essa já desesperada, de tentar travar todo o rol de irresponsabilidades cândidamente assumidas até aqui.

Tardou até que as consciências despertassem...

Não foi só uma questão de irresponsabilidade, foi também uma questão de desvio e fuga às responsabilidades!

A ANS não se pode rever nestes valores, nestes responsáveis, nem neste tipo de atitude, por isso sente-se profundamente consternada por este triste episódio e esperaria, no mínimo a retratação de cada um, a bem da dignidade do país e dos seus militares!

A ANS exorta todos a meditarem no assunto!

Lisboa, 09 de Janeiro de 2001

A Direcção